Processo SMTE
247
Secretaria Municipal de Trabalho e Renda

CONTRATO SMTE Nº 007/2023

Termo de Contrato celebrado entre o MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, por meio da Secretaria Municipal de Trabalho e Renda, como CONTRATANTE, e a empresa CONQUISTA VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PRIVADA comoCONTRATADA, para prestação de serviços na forma abaixo.

Aos dias 22 do mês de dezembro do ano de 2023, o **MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO,** por meio da Secretaria Municipal de Trabalho e Renda – SMTE, localizada na Rua Afonso Cavalcanti, n.º 455, anexo, 9º andar, representado pelo Sr. EVERTON DA CONCEIÇÃO GOMES, consoante delegação do Decreto Rio "P" n.º 21, de 23/01/2023, a seguir denominado**CONTRATANTE**, e a empresa Conquista Vigilância e Segurança Privada, estabelecida na rua Sargento Ferreira nº 201 - Ramos – Rio de Janeiro – RJ, CEP 21.031-770, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas CNPJ sob o nº11.804.114/0001-00, a seguir denominada **CONTRATADA**, neste ato representadapor seu sócio Marcelo Nascimento Andrade, CPF nº 102.642.907-20 têm justo e acordado o presente Contrato, que é celebrado em decorrência do resultado do PREGÃO ELETRÔNICO PE–RP– FP/SUBGGC Nº 763/2023 , realizado por meio do processo administrativo SMF-PRO-2023/11923, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Este Contrato se rege por toda a legislação aplicável à espécie, que desde já se entende como referida no presente termo, especialmente pelas normas de caráter geral da **Lei Federal nº 14.133/2021,** pela **Lei Complementar Federal nº 123/2006** – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, pela **Lei Complementar Federal nº 101/2000** –Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo Código de Defesa do Consumidor, instituído pela **Lei Federal nº 8.078/1990** e suas alterações, pelo Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro – **CAF**, instituído pela Lei nº 207/1980,e suas alterações, ratificadas pela Lei Complementar nº 1/1990, pelo Regulamento Geral do Código supra citado – **RGCAF**, aprovado pelo Decreto Municipal nº 3.221/1981, e suasalterações, pela **Lei**

TRAPRO202300700V01

Assinado com senha por EVERTON DA CONCEICAO GOMES - 28/12/2023 às 18:27:43.
Autenticado digitalmente por ANGELICA DA COSTA EIRAS - 28/12/2023 às 14:59:49.
Documento Nº: 4425863.34313382-9621 - consulta à autenticidade em
https://acesso.processo.rio/sigaex/public/app/autenticar?n=4425863.34313382-9621

SIGA

Processo SMTE 248 Secretaria Municipal de Trabalho e Renda

Municipal nº 2.816/1999, **Lei Municipal nº 4.978/2008** e pelos **Decretos Municipais nº 17.907/1999**, **18.835/2000**, **21.083/2002**, **21.253/2002**, **22.136/2002**, **27.715/2007**, **31.349/2009**, **40.285/2015 c/c 48.365/2021, 40.286/2015, 49.415/2021** e **51.260/2022**, com suas alterações posteriores, bem como pelos preceitos de Direito Público, pelas regras constantes do Edital e de seus Anexos, pela Proposta da CONTRATADA e pelas disposições deste Contrato. A CONTRATADA declara conhecer todas essas normas e concorda em se sujeitar às suas estipulações, sistema de penalidades e demais regras delas constantes, ainda que não expressamente transcritas neste instrumento, incondicional e irrestritamente.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO

O objeto do presente Contrato é a contratação de empresa especializada no fornecimento de serviços de vigilância patrimonial para atender a Secretaria Municipal de Trabalho e Renda, por um período de 12 (doze) meses, devidamente descritos, caracterizados e especificados no Termo de Referência (Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº 763/2023), na forma abaixo descrita:

Parágrafo Único – O objeto do Contrato será executado com obediência rigorosa, fiel e integral de todas as exigências, normas, itens, elementos, condições gerais e especiais, contidos no processo administrativo nº SMF-PRO-2023/11923, no Termo de Referência, em detalhes e informações fornecidas pelo CONTRATANTE, bem como nas normas técnicas para a execução dos serviços.

CLÁUSULA TERCEIRA – VALOR

O valor total do presente Contrato é de R$268.378,56 (Duzentos e sessenta e oito mil, trezentos e setenta e oito reais e cinquenta e seis centavos), correspondendo a uma despesa mensal estimada de R$22.364,88 (vinte e dois mil, trezentos e sessenta e quatro reais e oitenta e oito centavos).

CLÁUSULA QUARTA – FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados à CONTRATADA após a regular liquidação da despesa, nos termos do **art. 63 da Lei Federal nº 4.320/1964**, observado o disposto nos **arts. 140 e 141 da Lei Federal nº 14.133/2021**, em 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do documento de cobrança na SMTE.

Parágrafo Primeiro – Para fins de **medição**, se for o caso, e faturamento, o período–base de medição do **serviço prestado** será de um mês, considerando–se o mês civil,

TRAPRO202300700V01

Assinado com senha por EVERTON DA CONCEICAO GOMES - 28/12/2023 às 18:27:43.
Autenticado digitalmente por ANGELICA DA COSTA EIRAS - 28/12/2023 às 14:59:49.
Documento Nº: 4425863.34313382-9621 - consulta à autenticidade em
https://acesso.processo.rio/sigaex/public/app/autenticar?n=4425863.34313382-9621

SIGA

Processo SMTE
249
Secretaria Municipal de Trabalho e Renda

podendo no primeiro mês e no último, para fins de acerto de contas, o período se constituir em fração do mês, considerado para esse fim o mês com 30 (trinta) dias.

Parágrafo Segundo – O documento de cobrança será apresentado à Fiscalização, para atestação, e, após, protocolado na SMTE.

Parágrafo Terceiro – A CONTRATADA deverá apresentar juntamente com o documento de cobrança, os comprovantes de recolhimento do **FGTS** e **INSS** de todos os empregados atuantes no contrato, assim como Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – **CNDT** ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito negativo válida, declaração de regularidade trabalhista e documentos exigidos pelas normas de liquidação das despesas aplicáveis.

Parágrafo Quarto – O pagamento à CONTRATADA será realizado em razão do(s) serviços/fornecimento efetivamente executados e aceitos no período–base mencionado no parágrafo primeiro.

Parágrafo Quinto – No caso de erro nos documentos de faturamento ou cobrança, estes serão devolvidos à CONTRATADA para retificação ou substituição, passando o prazo de pagamento a fluir, então, a partir da reapresentação válida desses documentos.

Parágrafo Sexto – O valor dos pagamentos eventualmente efetuados com atraso, desde que não decorra de fato ou ato imputável à CONTRATADA, sofrerá a incidência de juros e correção monetária, de acordo com a variação da Taxa Selic aplicável à mora da Administração Pública, *pro rata die* entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do protocolo do documento de cobrança na SMTE e a data do efetivo pagamento, limitados a 12% ao ano.

Parágrafo Sétimo – O pagamento será efetuado à CONTRATADA por meio de crédito em conta corrente aberta em banco a ser indicado pelo CONTRATANTE, a qual deverá ser cadastrada junto à Coordenação do Tesouro Municipal.

CLÁUSULA QUINTA – REAJUSTE

TRAPRO202300700V01

Assinado com senha por EVERTON DA CONCEICAO GOMES - 28/12/2023 às 18:27:43.
Autenticado digitalmente por ANGELICA DA COSTA EIRAS - 28/12/2023 às 14:59:49.
Documento Nº: 4425863.34313382-9621 - consulta à autenticidade em
https://acesso.processo.rio/sigaex/public/app/autenticar?n=4425863.34313382-9621

SIGA

SMTE Secretaria Municipal de Trabalho e Renda
Processo
250

Somente ocorrerá reajustamento do Contrato decorrido o prazo de **12 (doze) meses** contados dadata do orçamento estimado, observada a Lei Federal nº 10.192, de 14 de fevereiro de 2001.

Parágrafo Primeiro – Os preços serão reajustados de acordo com a variação do Índice de Preçosao Consumidor Amplo Especial – IPCA–E do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, calculado por meio da seguinte fórmula:

R = Po [(I–Io)/Io]

Onde:

R = valor do reajuste;

I = índice IPCA–E mensal relativo ao mês anterior ao de aniversário do Contrato;

Io = índice do IPCA–E mensal relativo ao mês anterior ao da apresentação da Proposta; Po =preço unitário contratual, objeto do reajustamento.

Parágrafo Segundo – Caso o índice previsto neste Contrato seja extinto ou de alguma forma não possa mais ser aplicado, será adotado outro índice que reflita a perda do poder aquisitivo damoeda. Neste caso, a variação do índice deverá ser calculada por meio da fórmula consignada noparágrafo anterior.

Parágrafo Terceiro – Observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, o critério de reajustamentoserá por repactuação, quando houver regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra, mediante demonstração analítica da variação dos custos.

Parágrafo Quarto – A repactuação terá data vinculada à apresentação das propostas, para os custos decorrentes do mercado, e com data vinculada ao acordo, à convenção coletiva ou ao dissídio coletivo ao qual o orçamento esteja vinculado, para os custos decorrentes da mão de obra.

CLÁUSULA SEXTA – REEQUILÍBRIO ECONÔMICO–FINANCEIRO

Caso o CONTRATADO requeira reequilíbrio econômico–financeiro do contrato, fica o CONTRATANTE obrigado a responder em até 10 (dez) dias, da data do requerimento ou da dataem que forem apresentados todos os documentos necessários à apreciação do pedido.

CLÁUSULA SÉTIMA – FORMA DE EXECUÇÃO

A forma de prestação dos serviços objeto do presente contrato, obedecerá ao Termo

TRAPRO202300700V01

Assinado com senha por EVERTON DA CONCEICAO GOMES - 28/12/2023 às 18:27:43.
Autenticado digitalmente por ANGELICA DA COSTA EIRAS - 28/12/2023 às 14:59:49.
Documento Nº: 4425863.34313382-9621 - consulta à autenticidade em
https://acesso.processo.rio/sigaex/public/app/autenticar?n=4425863.34313382-9621

SIGA

Processo nº SMTE
Secretaria Municipal de Trabalho e Renda
251

de Referência (Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº763/2023).

CLÁUSULA OITAVA – FISCALIZAÇÃO

A CONTRATADA submeter–se–á a todas as medidas e procedimentos de Fiscalização. Os atosde fiscalização, inclusive inspeções e testes, executados pelo CONTRATANTE e/ou por seus prepostos, não eximem a CONTRATADA de suas obrigações no que se refere ao cumprimentodas normas, especificações e projetos, nem de qualquer de suas responsabilidades legais e contratuais.

Parágrafo Primeiro – A Fiscalização da prestação dos serviços caberá a comissão designada por ato do Secretário Municipal de Trabalho e Renda. Incumbe à Fiscalizaçãoa prática de todos os atos que lhe são próprios nos termos da legislação em vigor, respeitados o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo Segundo – A CONTRATADA declara, antecipadamente, aceitar todas as decisões, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pelo CONTRATANTE, se obrigando a fornecer os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem considerados necessários ao desempenho de suas atividades.

Parágrafo Terceiro – A CONTRATADA se obriga a permitir que o pessoal da fiscalização do CONTRATANTE acesse quaisquer de suas dependências, possibilitando o exame das instalações e também das anotações relativas aos equipamentos, pessoas e materiais, fornecendo,quando solicitados, todos os dados e elementos referentes à execução do contrato.

Parágrafo Quarto – Compete à CONTRATADA fazer minucioso exame da execução dos serviços, de modo a permitir, a tempo e por escrito, apresentar à Fiscalização, para o devido esclarecimento, todas as divergências ou dúvidas porventura encontradas e que venham a impediro bom desempenho do Contrato. O silêncio implica total aceitação das condições estabelecidas.

Parágrafo Quinto – A atuação fiscalizadora em nada restringirá a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA no que concerne aos serviços contratados, à suaexecução e às consequências e implicações, próximas ou remotas, perante o CONTRATANTE,ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de eventuais irregularidades na execuçãocontratual não implicará corresponsabilidade do

TRAPRO202300700V01

Assinado com senha por EVERTON DA CONCEICAO GOMES - 28/12/2023 às 18:27:43.
Autenticado digitalmente por ANGELICA DA COSTA EIRAS - 28/12/2023 às 14:59:49.
Documento Nº: 4425863.34313382-9621 - consulta à autenticidade em
https://acesso.processo.rio/sigaex/public/app/autenticar?n=4425863.34313382-9621

SIGA

SMTE Acesso de Referência Municipal de Trabalho e Renda
252

CONTRATANTE ou de seus prepostos.

CLÁUSULA NONA – GARANTIA

A CONTRATADA prestou garantia na modalidade de seguro garantia, no valor de R$5.367,57 (cinco mil trezentos e sessenta e sete reais e cinquenta e sete centavos) equivalente a 2% (dois por cento) do valor total do Contrato.

Parágrafo Primeiro – A SMTE se utilizará da garantia para assegurar as obrigações associadas ao Contrato, podendo recorrer a esta inclusive para cobrar valores de multas eventualmente aplicadas e ressarcir–se dos prejuízos que lhe forem causados em virtude do descumprimento das referidas obrigações. Para reparar esses prejuízos, poderá a CONTRATANTE ainda reter créditos.

Parágrafo Segundo – Os valores das multas impostas por descumprimento das obrigações assumidas no Contrato serão **descontados da garantia** caso não venham a ser quitados no prazo de **03 (três) dias úteis**, contados da ciência da aplicação da penalidade. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

Parágrafo Terceiro – Em caso de extinção do contrato decorrente de falta imputável à CONTRATADA, a garantia reverterá integralmente ao CONTRATANTE, que promoverá a cobrança de eventual diferença que venha a ser apurada entre o importe da garantia prestada e o débito verificado.

Parágrafo Quarto – A apólice deverá ter vigência idêntica ao prazo do contrato, acrescido de 10 (dias) dias para apuração de eventual inadimplemento da Contratada — ocorrido durante avigência contratual — e para a comunicação do inadimplemento à seguradora, com cláusula de renovação até a extinção das obrigações da CONTRATADA, vinculada à reavaliação do risco.

Parágrafo Quinto – A apólice deverá conter disposição expressa de obrigatoriedade de a seguradora informar ao CONTRATANTE e à CONTRATADA, em até 30 (trinta)

TRAPRO202300700V01

Assinado com senha por EVERTON DA CONCEICAO GOMES - 28/12/2023 às 18:27:43.
Autenticado digitalmente por ANGELICA DA COSTA EIRAS - 28/12/2023 às 14:59:49.
Documento Nº: 4425863.34313382-9621 - consulta à autenticidade em
https://acesso.processo.rio/sigaex/public/app/autenticar?n=4425863.34313382-9621

SIGA

Processo
253
SMTE - Secretaria Municipal de Trabalho e Renda

dias antes doprazo final da validade, se a apólice será ou não renovada.

Parágrafo Sexto – No caso de a seguradora não renovar a apólice de seguro–garantia, a Contratada deverá apresentar garantia de valor e condições equivalentes, para aprovação do Contratante, antes do vencimento da apólice, independentemente de notificação, sob pena de caracterizar–se inadimplência e serem aplicadas as penalidades cabíveis.

Parágrafo Sétimo – As apólices emitidas não poderão conter obrigações, restrições ou disposições que contrariem as disposições do presente CONTRATO e deverão conter declaraçãoexpressa da companhia seguradora, da qual conste que conhece integralmente este contrato.

Parágrafo Oitavo – A CONTRATADA encaminhará ao Contratante cópia autenticada das apólices de seguro, antes da assinatura do contrato.

Parágrafo Nono – A apólice deverá ser emitida por seguradora autorizada a funcionar no Brasilpela SUSEP – Superintendência de Seguros Privados, – fato que deverá ser atestado mediante apresentação, junto com a apólice, da Certidão de Regularidade expedida pela SUSEP.

Parágrafo Décimo – Sempre que houver alteração do valor do Contrato, de acordo com o art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, a garantia será complementada no prazo de **7 (sete) dias úteis**do recebimento, pela CONTRATADA, do correspondente aviso, sob pena de aplicação das **sanções previstas neste Contrato**.

Parágrafo Décimo Primeiro – A garantia contratual só será liberada ou restituída com o integralcumprimento do Contrato, mediante ato liberatório da autoridade contratante, de acordo com **o art. 465 do RGCAF**.

CLÁUSULA DÉCIMA – PRAZO

A contratação terá eficácia a partir da data da publicação do instrumento correspondente

TRAPRO202300700V01

Assinado com senha por EVERTON DA CONCEICAO GOMES - 28/12/2023 às 18:27:43.
Autenticado digitalmente por ANGELICA DA COSTA EIRAS - 28/12/2023 às 14:59:49.
Documento Nº: 4425863.34313382-9621 - consulta à autenticidade em
https://acesso.processo.rio/sigaex/public/app/autenticar?n=4425863.34313382-9621

SIGA

SMTE-Processo-Secretaria Municipal de Trabalho e Renda
254

no PortalNacional de Contratações Públicas e vigorará por **12 (doze) meses** contados desta ou da data estabelecida no memorando de início, se houver.

Parágrafo Primeiro – O prazo de execução dos serviços poderá ser prorrogado ou alterado nostermos da Lei Federal nº 14.133/2021.

Parágrafo Segundo – No caso de serviços e fornecimentos contínuos, o contrato poderá ser prorrogado na forma dos arts. 107 e 106, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, e das demais normasaplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da CONTRATADA:

I – prestar os serviços de acordo com todas as exigências contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

II – tomar as medidas preventivas necessárias para evitar danos a terceiros, em consequênciada execução dos trabalhos;

III – responsabilizar–se integralmente pelo ressarcimento de quaisquer danos e prejuízos, de qualquer natureza, que causar ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da execução do objeto deste Contrato, respondendo por si, seus empregados, prepostos e sucessores, independentemente das medidas preventivas adotadas;

IV – atender às determinações e exigências formuladas pelo CONTRATANTE;

V – reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, por sua conta e responsabilidade, os serviços recusados pelo CONTRATANTE no prazo determinado pela Fiscalização;

VI – responsabilizar–se, na forma do Contrato, por todos os ônus, encargos e obrigaçõescomerciais, sociais, tributárias, trabalhistas e previdenciárias, ou quaisquer outras previstas na legislação em vigor, bem como por todos os gastos e encargos com material e mão–de–obra necessária à completa realização dos serviços até o seu término:

a) em caso de ajuizamento de ações trabalhistas em face da CONTRATADA, decorrentes daexecução do presente Contrato, com a inclusão do Município do Rio de Janeiro ou de entidade da Administração Pública indireta como responsável subsidiário ou solidário, oCONTRATANTE poderá reter, das parcelas vincendas, o montante dos valores cobrados, que serão complementados a qualquer tempo com nova retenção em caso de insuficiência;

TRAPRO202300700V01

Assinado com senha por EVERTON DA CONCEICAO GOMES - 28/12/2023 às 18:27:43.
Autenticado digitalmente por ANGELICA DA COSTA EIRAS - 28/12/2023 às 14:59:49.
Documento Nº: 4425863.34313382-9621 - consulta à autenticidade em
https://acesso.processo.rio/sigaex/public/app/autenticar?n=4425863.34313382-9621

SIGA

SMTE-Processo-Secretaria Municipal de Trabalho e Renda
255

b) no caso da existência de débitos tributários ou previdenciários, decorrentes da execução dopresente Contrato, que possam ensejar responsabilidade subsidiária ou solidária do CONTRATANTE, as parcelas vincendas poderão ser retidas até o montante dos valores cobrados, que serão complementados a qualquer tempo com nova retenção em caso de insuficiência;

c) as retenções previstas nas alíneas “a” e “b” poderão ser realizadas tão logo tenha ciência oMunicípio do Rio de Janeiro ou o CONTRATANTE da existência de ação trabalhista ou de débitos tributários e previdenciários e serão destinadas ao pagamento das respectivas obrigações caso o Município do Rio de Janeiro ou entidade da Administração Pública indireta sejam compelidos a tanto, administrativa ou judicialmente, não cabendo, em nenhuma hipótese,ressarcimento à CONTRATADA;

d) eventuais retenções previstas nas alíneas “a” e “b” somente serão liberadas pelo CONTRATANTE se houver justa causa devidamente fundamentada.

VII – responsabilizar–se, na forma do Contrato, pela qualidade dos serviços executados e dos materiais empregados, em conformidade com as especificações do Projeto Básico/Termo de Referência, com as normas da **Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT**, e demais normas técnicas pertinentes, a ser atestada pela SMTE, assim como pelo refazimento do serviço e a substituição dos materiais recusados, sem ônus para o(a) CONTRATANTE e sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis;

VIII – manter as condições de habilitação e qualificação exigidas para a celebração do contratodurante todo prazo de execução contratual;

IX – responsabilizar–se inteira e exclusivamente pelo uso regular de marcas, patentes, registros,processos e licenças relativas à execução deste Contrato, eximindo o CONTRATANTE das consequências de qualquer utilização indevida;

X – observar o disposto no Decreto Municipal nº 27.715/07 e suas alterações posteriores, noque couber;

XI – nas contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra,para assegurar o cumprimento de obrigações trabalhistas, aquiescer à adoção, entre outras medidas, a serem adotadas pela Administração **no momento da contratação**:

a) condicionamento o pagamento à comprovação de quitação das obrigações trabalhistas vencidas relativas ao contrato;

b) depósito de valores em conta vinculada;

c) em caso de inadimplemento, o pagamento das verbas trabalhistas aos seus

TRAPRO202300700V01

Assinado com senha por EVERTON DA CONCEICAO GOMES - 28/12/2023 às 18:27:43.
Autenticado digitalmente por ANGELICA DA COSTA EIRAS - 28/12/2023 às 14:59:49.
Documento Nº: 4425863.34313382-9621 - consulta à autenticidade em
https://acesso.processo.rio/sigaex/public/app/autenticar?n=4425863.34313382-9621

SIGA

SMTE-Processo-Secretaria Municipal de Trabalho e Renda
256

titulares, que serãodeduzidas do pagamento devido ao contratado;

d) estabelecimento de que os valores destinados a férias, a décimo terceiro salário, a ausências legais e a verbas rescisórias dos empregados do contratado que participarem da execução dos serviços contratados serão pagos pelo contratante ao contratado somente na ocorrência do fato gerador.

XII – nas contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra,apresentar quando, solicitado pela Administração, sob pena de multa, comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em relação aos empregados diretamente envolvidos na execução do contrato, em especialquanto ao:

a) registro de ponto;

b) recibo de pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado edécimo terceiro salário;

c) comprovante de depósito do FGTS;

d) recibo de concessão e pagamento de férias e do respectivo adicional;

e) recibo de quitação de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensadosaté a data da extinção do contrato;

f) recibo de pagamento de vale–transporte e vale–alimentação, na forma prevista em normacoletiva.

XIII – nas contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, autorizar a Administração CONTRATANTE a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando estes não forem adimplidos;

XIV – cumprir durante toda a execução do contrato as exigências de reserva de cargos previstaem lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

XV – manter hígidas as garantias contratuais até o recebimento definitivo do objeto do contrato;**XVI** – se comprometer a não subcontratar pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

XVII – informar endereço(s) eletrônico(s) para comunicação e recebimento de

TRAPRO202300700V01

Assinado com senha por EVERTON DA CONCEICAO GOMES - 28/12/2023 às 18:27:43.
Autenticado digitalmente por ANGELICA DA COSTA EIRAS - 28/12/2023 às 14:59:49.
Documento Nº: 4425863.34313382-9621 - consulta à autenticidade em
https://acesso.processo.rio/sigaex/public/app/autenticar?n=4425863.34313382-9621

SIGA

SMTE Acesso de Secretaria Municipal de Trabalho e Renda
257

notificações e intimações, inclusive para fim de eventual citação judicial;
XVIII – comprovar o cadastramento de seu endereço eletrônico perante os órgãos do Poder Judiciário,mantendo seus dados atualizados para fins de eventual recebimento de citações e intimações; **XIX** – entregar o Questionário Eletrônico de Integridade e Transparência devidamentepreenchido, conforme o parágrafo único do art. 7º do Decreto Rio nº 49.415/2021;
XX - observar as vedações contidas no Decreto Rio nº 51.260/2022, que dispõe sobre aobrigatoriedade de observância dos princípios e regras de integridade pública por parte dos agentes públicos do Poder Executivo do Município do Rio de Janeiro;
XXI – comprovar a implantação de programa de integridade nas contratações de obras, serviçose fornecimentos de grande vulto, de que trata o § 4º do art. 25 da Lei Federal nº 14.133/2021; **XXII** – efetuar a retenção na fonte do imposto de renda sobre os pagamentos feitos às pessoasfísicas e jurídicas, com base na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012,pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras, observando aalíquota aplicável e o procedimento disposto no Decreto Rio nº 49.593, de 18 de outubro de 2021,e alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE
São obrigações do CONTRATANTE:
I – Realizar os pagamentos na forma e condições previstas neste Contrato;II – Realizar a fiscalização do objeto contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – RECEBIMENTO DO OBJETO DO CONTRATO.
O recebimento do objeto do contrato previsto na CLÁUSULA SEGUNDA se dará mediante a avaliação de servidores designados pelo Secretário Municipal de Trabalho e Renda,na forma do art. 501 do RGCAF, que constatarão se o objeto entregue atende a todas as especificações contidas no Termo de Referência (Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº203/2023).

Parágrafo Primeiro – O objeto do presente contrato será recebido em tantas parcelas quantas forem as relativas ao pagamento.

Parágrafo Segundo – Os serviços prestados em desacordo com a especificação do Edital e seusAnexos, e da Proposta deverão ser recusados pela Comissão responsável pela fiscalização do contrato, que anotará em registro próprio as ocorrências e

TRAPRO202300700V01

Assinado com senha por EVERTON DA CONCEICAO GOMES - 28/12/2023 às 18:27:43.
Autenticado digitalmente por ANGELICA DA COSTA EIRAS - 28/12/2023 às 14:59:49.
Documento Nº: 4425863.34313382-9621 - consulta à autenticidade em
https://acesso.processo.rio/sigaex/public/app/autenticar?n=4425863.34313382-9621

SIGA

SMTE-Processo-Secretaria Municipal de Trabalho e Renda
258

determinará o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 5 (cinco) dias, para ratificação.

Parágrafo Terceiro – Na hipótese de recusa de aceitação, a CONTRATADA deverá reexecutaros serviços não aceitos, em prazo a ser estabelecido pela CONTRATANTE, passando a contar os prazos para pagamento e demais compromissos do CONTRATANTE da data da efetiva aceitação. Caso a CONTRATADA não reexecute os serviços não aceitos no prazo assinado, a CONTRATANTE se reserva o direito de providenciar a sua execução às expensas da CONTRATADA, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – FORÇA MAIOR E CASO FORTUITO

Os motivos de força maior ou caso fortuito que possam impedir a CONTRATADA de cumprir as etapas e o prazo do Contrato deverão ser alegados oportunamente, mediante requerimento protocolado. Não serão consideradas quaisquer alegações baseadas em ocorrências não comunicadas e nem aceitas pela Fiscalização nas épocas oportunas. Os motivos de força maior e caso fortuito poderão autorizar a suspensão da execução do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO

É facultado ao CONTRATANTE suspender a execução do Contrato e a contagem dos prazos mediante justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Pelo descumprimento total ou parcial do Contrato, A SMTE poderá, sem prejuízo responsabilidade civil e criminal que couber, aplicar as seguintes**sanções**, previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021 e no art. 589 do RGCAF:

Advertência;

(i) Multa;

Impedimento de licitar e contratar, pelo prazo de até 3 (três) anos;

(j) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Parágrafo Primeiro – A aplicação da sanção prevista na alínea “b” observará os seguintes parâmetros:

1) 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia útil sobre

TRAPRO202300700V01

Assinado com senha por EVERTON DA CONCEICAO GOMES - 28/12/2023 às 18:27:43.
Autenticado digitalmente por ANGELICA DA COSTA EIRAS - 28/12/2023 às 14:59:49.
Documento Nº: 4425863.34313382-9621 - consulta à autenticidade em
https://acesso.processo.rio/sigaex/public/app/autenticar?n=4425863.34313382-9621

SIGA

Acesso à Secretaria Municipal de Trabalho e Renda (SMTE)
259

o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidênciaa 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia útil e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não–aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

2) 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitemanterior ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

3) 0,5% (meio por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato ou do saldo não atendido do Contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

4) 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do Contrato, conforme detalhamento constante dastabelas 1 e 2, abaixo; e

5) 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do Contrato por dia útil de atraso na apresentaçãoda garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (doispor cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias úteis autorizará o CONTRATANTE a promover a rescisão do Contrato.

6) As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entresi.

7)Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com astabelas 1 e 2:

TABELA 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

TABELA 2

INFRAÇÃO		
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**GRAU**

TRAPRO202300700V01

Assinado com senha por EVERTON DA CONCEICAO GOMES - 28/12/2023 às 18:27:43.
Autenticado digitalmente por ANGELICA DA COSTA EIRAS - 28/12/2023 às 14:59:49.
Documento Nº: 4425863.34313382-9621 - consulta à autenticidade em
https://acesso.processo.rio/sigaex/public/app/autenticar?n=4425863.34313382-9621

SIGA

SMTE Processo de Secretaria Municipal de Trabalho e Renda
260

1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar–se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
Para os itens a seguir, deixar de:		
5	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
6	Substituir empregado alocado que não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir quaisquer dos itens do Contrato e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
8	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no Contrato;	01

Parágrafo Segundo – As sanções somente serão aplicadas após o decurso do prazo para apresentação de defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, observadas as demais formalidades legais.

Parágrafo Terceiro – As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do caput desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com aquela prevista nas alíneas “b”, e não excluem a possibilidade de rescisão unilateral do Contrato.

Parágrafo Quarto – As multas deverão ser recolhidas no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da ciência da aplicação da penalidade ou da publicação no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro – D.O. RIO do ato que as impuser.

Parágrafo Quinto – As multas aplicadas poderão ser compensadas com valores devidos à CONTRATADA mediante requerimento expresso nesse sentido.

Parágrafo Sexto – Se, no prazo previsto nesta Cláusula, não for feita a prova do recolhimento da multa, promover–se–ão as medidas necessárias ao seu desconto da garantia prestada, mediante despacho regular da autoridade contratante.

TRAPRO202300700V01

Assinado com senha por EVERTON DA CONCEICAO GOMES - 28/12/2023 às 18:27:43.
Autenticado digitalmente por ANGELICA DA COSTA EIRAS - 28/12/2023 às 14:59:49.
Documento Nº: 4425863.34313382-9621 - consulta à autenticidade em
https://acesso.processo.rio/sigaex/public/app/autenticar?n=4425863.34313382-9621

SIGA

Acesso à Secretaria Municipal de Trabalho e Renda
261

Parágrafo Sétimo – Se a multa aplicada for de valor superior ao valor da garantia prestada, alémda perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentoseventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

Parágrafo Oitavo – Nos casos em que o valor da multa venha a ser descontado da garantia, o valor desta deverá ser recomposto em **48 (quarenta e oito) horas**, sob pena de rescisão administrativa do Contrato.

Parágrafo Nono – Ressalvada a hipótese de existir requerimento de compensação devidamenteformalizado, o CONTRATANTE suspenderá, observado o contraditório e ampla defesa, os pagamentos devidos à CONTRATADA até a comprovação do recolhimento da multa ou da provade sua relevação por ato da Administração, bem como até a recomposição do valor original da garantia, que tenha sido descontado em virtude de multa imposta, salvo decisão fundamentada da autoridade competente que autorize o prosseguimento do processo de pagamento.

Parágrafo Décimo – Se a CONTRATANTE verificar que o valor da garantia e/ou o valor dos pagamentos ainda devidos são suficientes à satisfação do valor da multa, o processo de pagamento retomará o seu curso.

Parágrafo Décimo Primeiro – As multas eventualmente aplicadas com base **na alínea "b" do caput desta Cláusula** não possuem caráter compensatório, e, assim, o pagamento delas não eximirá a CONTRATADA de responsabilidade pelas perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

Parágrafo Décimo Segundo – A aplicação das sanções estabelecidas nas alíneas "a", "b" e "c" do caput desta Cláusula é da competência da SMTE e a da alínea "d" é da competência exclusiva do titular do órgão ou autoridade máxima da SMTE [*Secretário Municipal da Secretaria por meio da qual celebrado o contrato ou a que vinculada a entidade contratante*].

Parágrafo Décimo Terceiro – A aplicação das sanções previstas nesta cláusula não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

Parágrafo Décimo Quarto – A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática

TRAPRO202300700V01

Assinado com senha por EVERTON DA CONCEICAO GOMES - 28/12/2023 às 18:27:43.
Autenticado digitalmente por ANGELICA DA COSTA EIRAS - 28/12/2023 às 14:59:49.
Documento Nº: 4425863.34313382-9621 - consulta à autenticidade em
https://acesso.processo.rio/sigaex/public/app/autenticar?n=4425863.34313382-9621

SIGA

262
Processo SMTE
Secretaria Municipal de Trabalho e Renda

dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relaçãode coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos,
o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – RECURSOS

A CONTRATADA poderá apresentar:

a) **Recurso** a ser interposto perante a autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, noprazo de **15 (quinze) dias úteis)** contados da intimação da aplicação das penalidades estabelecidas nas alíneas “a”, “b”, “c” e “d” do caput da Cláusula anterior;

b) **Recurso** a ser interposto perante a autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, no prazo de **3 (três) dias úteis)** contados da intimação da extinção do contrato quando promovido por ato unilateral e escrito da Administração;

c) **Pedido de Reconsideração** no prazo de **15 (quinze) dias úteis** contados da ciência da aplicação da penalidade estabelecida na alínea “e” do caput da Cláusula anterior;

Parágrafo único – Os recursos a que aludem as **alíneas “a” e “b”** do caput da presente Cláusulaserão dirigidos à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar a decisão recorrida, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior para decisão.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – EXTINÇÃO

O CONTRATANTE poderá extinguir administrativamente o Contrato, por ato unilateral, na ocorrência das hipóteses previstas no art. 529, do RGCAF, e no art. 137, incisos I a IX, da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante decisão fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e observado o art. 138, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Parágrafo Primeiro – A extinção operará seus efeitos a partir da publicação do ato administrativo no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

Parágrafo Segundo – Extinto o Contrato, a CONTRATANTE assumirá imediatamente o seu objeto no local e no estado em que a sua execução se encontrar.

TRAPRO202300700V01

Assinado com senha por EVERTON DA CONCEICAO GOMES - 28/12/2023 às 18:27:43.
Autenticado digitalmente por ANGELICA DA COSTA EIRAS - 28/12/2023 às 14:59:49.
Documento Nº: 4425863.34313382-9621 - consulta à autenticidade em
https://acesso.processo.rio/sigaex/public/app/autenticar?n=4425863.34313382-9621

SIGA

SMTE-Processo de Secretaria Municipal de Trabalho e Renda
263

Parágrafo Terceiro – Na hipótese de extinção por culpa da contratada, a CONTRATADA, além das demais sanções cabíveis, ficará sujeita à **multa** de até 20% (vinte por cento) calculada sobreo saldo reajustado do Contrato, ou, ainda, sobre o valor do Contrato, conforme o caso, na formada Cláusula Terceira e da Cláusula Décima Sexta, caput, alínea "c", deste Contrato.

Parágrafo Quarto – A **multa** referida no parágrafo anterior não tem caráter compensatório e será descontada do valor da garantia. Se a garantia for insuficiente, o débito remanescente, inclusive o decorrente de penalidades anteriormente aplicadas, poderá ser compensado com eventuais créditos devidos pelo CONTRATANTE.

Parágrafo Quinto – Nos casos de extinção com culpa exclusiva da CONTRATANTE, deverãoser promovidos:

(a) a devolução da garantia;
(b) os pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da extinção;
(c) o pagamento do custo de desmobilização, caso haja;
(d) o ressarcimento dos prejuízos comprovadamente sofridos.

Parágrafo Sexto – Na hipótese de extinção do Contrato por culpa da CONTRATADA, esta somente terá direito ao valor das faturas relativas às parcelas do objeto efetivamente adimplidas até a data da rescisão do Contrato, após a compensação prevista no parágrafo quarto desta Cláusula.

Parágrafo Sétimo – No caso de extinção amigável, esta será reduzida a termo, tendo aCONTRATADA direito aos pagamentos devidos pela execução do Contrato, conforme atestadoem laudo da comissão especial designada para esse fim e à devolução da garantia.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – SUBCONTRATAÇÃO

A CONTRATADA não poderá subcontratar, nem ceder sem a prévia e expressa anuência do CONTRATANTE e sempre mediante instrumento próprio, a ser publicado na imprensa oficial.

Parágrafo Único – A SUBCONTRATADA será solidariamente responsável com a CONTRATADA por todas as obrigações legais e contratuais decorrentes do objeto do Contrato,nos limites da subcontratação, inclusive as de natureza trabalhista e previdenciária.

TRAPRO202300700V01

Assinado com senha por EVERTON DA CONCEICAO GOMES - 28/12/2023 às 18:27:43.
Autenticado digitalmente por ANGELICA DA COSTA EIRAS - 28/12/2023 às 14:59:49.
Documento Nº: 4425863.34313382-9621 - consulta à autenticidade em
https://acesso.processo.rio/sigaex/public/app/autenticar?n=4425863.34313382-9621

SIGA

SMTE Processo de referência Municipal de Trabalho e Renda
264

CLÁUSULA VISÉGIMA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos necessários à execução dos serviços ora contratados correrão à conta do Programa de Trabalho 26.01.11.333.0611.2902, Código de Despesa 3.3.90.37.02 , tendo sido empenhada a importância de R$22.364,88 (vinte e dois mil trezentos e sessenta e quatro reais e oitenta e oito centavos), por meio da Nota de Empenho nº2023/00353,ficando o restante a ser empenhado à conta do orçamento do próximo exercício.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA– FORO

Fica eleito o Foro Central da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – PUBLICAÇÃO

O CONTRATANTE promoverá a publicação do extrato deste instrumento no Diário Oficial do Município no prazo estabelecido no art. 441 do RGCAF, além da divulgação no Portal Nacionalde Contratações Públicas (PNCP), nos termos do art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021, às expensas da CONTRATADA.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

O CONTRATANTE providenciará a remessa de cópias autênticas do presente instrumento aoTribunal de Contas do Município na forma da legislação aplicável.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DISPOSIÇÕES FINAIS

a) A CONTRATADA se obriga a manter, durante todo o período de execução do Contrato, as condições de habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico–financeira, regularidade fiscal e regularidade trabalhista exigidas no Edital por meio do qual foi licitada a aquisição objeto do presente instrumento e o teor da sua proposta de preço, sob pena de rescisãodo Contrato;

b) Fazem parte do presente contrato as prerrogativas constantes do art. 104 da Lei Federal nº 14.133/2021.

c) Na contagem dos prazos, é excluído o dia de início e incluído o do vencimento, e considerar–se–ão os dias consecutivos, salvo disposição em contrário. Os prazos somente se iniciam evencem em dias de expediente no CONTRATANTE.

E por estarem justos e acordados, assinam o presente em 03 (tres) viasde igual teor

1

TRAPRO202300700V01

Assinado com senha por EVERTON DA CONCEICAO GOMES - 28/12/2023 às 18:27:43.
Autenticado digitalmente por ANGELICA DA COSTA EIRAS - 28/12/2023 às 14:59:49.
Documento Nº: 4425863.34313382-9621 - consulta à autenticidade em
https://acesso.processo.rio/sigaex/public/app/autenticar?n=4425863.34313382-9621

SIGA

Processo de referência
265
SMTE Secretaria Municipal de Trabalho e Renda

e forma, na presença de duas testemunhas, que também o assinam.

Rio de Janeiro, 22 de dezembro de 2023.

Everton da Conceição Gomes
Secretário Municipal de Trabalho e Renda

Marcelo Nascimento Andrade
CONQUISTA VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PRIVADA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)

Testemunha
(Nome, cargo, matrícula e lotação)

Testemunha
(Nome, cargo, matrícula e lotação)

TRAPRO202300700V01

Assinado com senha por EVERTON DA CONCEICAO GOMES - 28/12/2023 às 18:27:43.
Autenticado digitalmente por ANGELICA DA COSTA EIRAS - 28/12/2023 às 14:59:49.
Documento Nº: 4425863.34313382-9621 - consulta à autenticidade em
https://acesso.processo.rio/sigaex/public/app/autenticar?n=4425863.34313382-9621

SIGA

Processo SMTE
266
Secretaria Municipal de Trabalho e Renda

ANEXO I

Contratação de empresa especializada nofornecimento de serviços de vigilância patrimonial

CONTRATO	VIGÊNCIA	VALOR
Contrato SMTE Nº 007/2023	22/12/2023 à 21/12/2024	R$ 268.378,56

Objeto	Quantidade	Valor unidade	Valor mensal	Valor (12 meses)
Vigilância administrativa desarmanada, 12/36 noturno.	02	R$ 11.182,44	R$ 22.364,88	R$ 268.378,56

PERÍODO	VALOR MÊS	PERÍODO	VALOR MÊS
22/12/23 à 30/12/23	R$ 6.709,46	01/06/24 à 30/06/24	R$ 22.364,88
01/01/24 à 30/01/24	R$ 22.364,88	01/07/24 à 30/07/24	R$ 22.364,88
01/02/24 à 29/02/24	R$ 22.364,88	01/08/24 à 30/08/24	R$ 22.364,88
01/03/24 à 30/03/24	R$ 22.364,88	01/09/24 à 30/09/24	R$ 22.364,88
01/04/24 à 30/04/24	R$ 22.364,88	01/10/24 à 30/10/24	R$ 22.364,88
01/05/24 à 30/05/24	R$ 22.364,88	01/11/24 à 30/11/24	R$ 22.364,88
		01/12/24 à 21/12/24	R$ 15.655,42

Valor Total (12 meses)	R$ 268.378,56

TRAPRO202300700V01

Assinado com senha por EVERTON DA CONCEICAO GOMES - 28/12/2023 às 18:27:43.
Autenticado digitalmente por ANGELICA DA COSTA EIRAS - 28/12/2023 às 14:59:49.
Documento Nº: 4425863.34313382-9621 - consulta à autenticidade em https://acesso.processo.rio/sigaex/public/app/autenticar?n=4425863.34313382-9621

SIGA

Processo.rio SMTE Secretaria Municipal de Trabalho e Renda 267

ANEXO I-B

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL E ADMINISTRATIVA

Para a execução deste instrumento jurídico, as partes declaram conhecer a Lei Federal nº 12.846/2013, se comprometem a atuar de forma ética, íntegra, legal e transparente, e estão cientes de que não poderão oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta, indireta ou por meio de subcontratados ou terceiros, quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada.

Parágrafo primeiro – A responsabilização da pessoa jurídica subsiste nas hipóteses de alteração contratual, transformação, incorporação, fusão ou cisão societária, ressalvados os atos lesivos ocorridos antes da data da fusão ou incorporação, quando a responsabilidade da sucessora será restrita à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado, até o limite do patrimônio transferido.

Parágrafo segundo - As sociedades controladoras, controladas, coligadas ou, no âmbito do respectivo contrato, as consorciadas serão solidariamente responsáveis pela prática dos atos previstos nesta Lei, restringindo-se tal responsabilidade à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado.

Rio de Janeiro, 22 de dezembro de 2023.

Everton da Conceição Gomes
Secretário Municipal de Trabalho e Renda

Marcelo Nascimento Andrade
CONQUISTA VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PRIVADA

TRAPRO202300700V01

Assinado com senha por EVERTON DA CONCEICAO GOMES - 28/12/2023 às 18:27:43.
Autenticado digitalmente por ANGELICA DA COSTA EIRAS - 28/12/2023 às 14:59:49.
Documento Nº: 4425863.34313382-9621 - consulta à autenticidade em
https://acesso.processo.rio/sigaex/public/app/autenticar?n=4425863.34313382-9621

SIGA

Processo de referência SMTE
268
Secretaria Municipal de Trabalho e Renda

ANEXO I-C

DECRETO RIO Nº 46.785/2019

AUTORIZAÇÃO - DECRETO RIO Nº 46.785/2019, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ sob o nº 10.380.412/0001-58, por intermédio de seu representante legal o Sra. Vera Brito de Lima portador do RG nº 05.480.856-3 e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF sob o nº 715.874.707-72 , AUTORIZA, para fins do Decreto Rio Nº 46.785/2019, o MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, por meio do Secretaria Municipal de Trabalho e Renda - SMTE, representada pelo Secretário Everton da Conceição Gomes, fazer desconto em suas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos seus empregados, bem como das contribuições previdenciárias e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, quando esses não forem adimplidos por esta empresa.

Rio de Janeiro, 22 de dezembro de 2023.

Marcelo Nascimento Andrade
CONQUISTA VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PRIVADA

TRAPRO202300700V01

Assinado com senha por EVERTON DA CONCEICAO GOMES - 28/12/2023 às 18:27:43.
Autenticado digitalmente por ANGELICA DA COSTA EIRAS - 28/12/2023 às 14:59:49.
Documento Nº: 4425863.34313382-9621 - consulta à autenticidade em
https://acesso.processo.rio/sigaex/public/app/autenticar?n=4425863.34313382-9621

SIGA